



## **Indústria do dano moral?**

### **Considerações a partir de uma análise doutrinária e jurisprudencial**

Felipe Frank<sup>1</sup>

Lígia Ziggotti de Oliveira<sup>2</sup>

Rafael Corrêa<sup>3</sup>

#### **RESUMO**

O presente artigo tem por objetivo a análise crítica da expressão “indústria do dano moral”, que apesar de ser bastante recorrente no vocabulário jurídico brasileiro não se fundamenta no cenário pátrio. Ao contrário do que a expressão sugere, a democratização do acesso à justiça e a ampliação da tutela do sujeito promovidas pela lógica constitucional não podem ser confundidas com a banalização das demandas judiciais infundadas. No Brasil, as demandas de danos morais são antes reflexos da absorção deficiente dos direitos da personalidade do que efetivamente meio de lucro para seus autores. Nesse sentido, defende-se a primazia do “ser” em relação ao “ter” mediante uma leitura axiológica de índole constitucional sobre a responsabilidade civil, em especial sobre os danos morais, que estão fortemente ligados ao aspecto existencial do Direito e que, por isso, exigem a reparação integral e o afastamento da aplicação de fórmulas fechadas e reducionistas em relação à complexidade de seu próprio fundamento: a dignidade da pessoa humana concretamente considerada.

**PALAVRAS-CHAVE:** Indústria do dano moral; Responsabilidade Civil; Dignidade da pessoa humana.

## **Personal injury industry?**

### **Scrutinizing the theory and the precedents in Brazil**

#### **ABSTRACT**

<sup>1</sup> Mestrando em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); bacharel em Direito pela UFPR; pesquisador do Núcleo de Estudos em Direito Civil-Constitucional da UFPR "Virada de Copérnico"; advogado.E-mail: [felipefrank89@gmail.com](mailto:felipefrank89@gmail.com). Versão em português recebida em 19/09/2012, aceita em 17/12/2012, e autorizada para publicação em 30/06/2013

<sup>2</sup> Acadêmica do quinto ano da Universidade Federal do Paraná (UFPR); pesquisadora no Programa de Iniciação Científica da UFPR.E-mail: [ziggotti@gmail.com](mailto:ziggotti@gmail.com)

<sup>3</sup> Bacharel em Direito pela Faculdade Dom Bosco/Paraná; advogado. E-mail: [rafakri@gmail.com](mailto:rafakri@gmail.com)



The present study seeks to make a critical analysis of the expression “personal injury industry”, which despite being widely applied in legal vocabulary does not sustain itself in Brazilian context. Contrary to what the expression suggests, the democratization of the access to justice and the extension of the individual’s protection promoted by the Constitution can not be ignored due to unfounded legal claims. In Brazil, the legal claims of personal injury only reflects the precarious comprehension of personality rights much more than a strategy that the claimers use to profit. Therefore, the primacy of the “human being” instead of the “human having” through an axiological reading on civil liability is defended, considering constitutionalism, especially about personal injury, that is deeply connected with the existential view of Law, requires the full compensation and the rejection of simplistic formulas to the complexity involved in its foundation: the dignity of the person, that must be considered in its own reality.

**KEYWORDS:** Personal injury industry; Civil liability; Dignity of the human person.

## 1. INTRODUÇÃO

Consagrada pelo fenômeno da constitucionalização do Direito Civil, a proteção à pessoa humana tem rendido cada vez mais debates no campo jurídico, ao mesmo passo que tem encontrado, pelo olhar crítico dos autores e pela conduta proativa dos Tribunais, cada vez mais importância no estudo do Direito.

Conforme postula Luiz Edson Fachin, exige-se, “na arquitetura do Direito Civil contemporâneo, o acerto na eleição de premissas que não confinam o estrutural e o conjuntural.” (2002, p. 42) É assim, segundo o autor, que se dá a abordagem crítica do Direito à luz da Constituição: plural, atenta para a concretude fática e aberta à principiologia axiológica de índole constitucional (2012).

Os danos morais, segundo Yussef Said Cahali (2000, p.52), tiveram ascendente apreciação no Brasil a partir do século XX, em especial após a promulgação da Constituição de 1988 e da elaboração da Súmula nº 37 do Superior Tribunal de Justiça.<sup>4</sup>

O motivo da demora na apreciação do tema pela doutrina e pela jurisprudência pátrias, no entanto, justifica-se historicamente. Aponta Ricardo Luis Lorenzetti (1995) que o dano moral nem sempre foi suscetível de apreciação pecuniária, o que motivou, no passado, uma noção

---

<sup>4</sup> “STJ – Súmula nº 37 – 12/03/1992 – DJ 17/03/1992: **Indenizações - Danos - Material e Moral - Mesmo Fato – Cumulação.** São cumuláveis as indenizações por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato.”



patrimonialista de ressarcimento. Assim, à luz da sistemática oitocentista, não se posicionava o perfil existencial do Direito acima de seu perfil patrimonial; aliás, sequer se equiparava a ele.

Eis que se vislumbra a tormentosa escalada da faceta existencial do Direito, a qual trouxe a atenção do ordenamento *para quem* era conferida tutela jurídica, e não mais apenas *para quê*.

Ao dano extrapatrimonial se prometia, assim, fértil espaço para desenvolvimento. Além da ampla relação que mantém com o que há de mais humano na responsabilidade civil, grande também é o debate em relação à sua tradução em números, o que restou agravado pelo fato de não ter sido trazida (com acerto), pelo novo Código Civil, uma fórmula certa para estabelecer o valor da indenização por danos morais.

Esse panorama custou aos danos extrapatrimoniais o olhar desconfiado de muitos autores e operadores do Direito. Afinal, deixar que se expresse um direito dessa natureza monetariamente poderia incitar seu uso indevido. Desta forma, construiu-se a expressão “indústria do dano moral”, cuja reincidência fez surgir verdadeiro provérbio entre os juristas e se propagou certo reducionismo da discussão para um enclausuramento que facilitasse e tornasse certa e fechada a sua aplicação.

Entretanto, o reducionismo é algo que deve ser abjurado do presente tema, tendo em vista a complexidade de sua estrutura e de seu fundamento. A cláusula de indenizar, como infere Maria Celina Bodin de Moraes (2007), é cláusula geral do Código Civil, e, como aduz Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk (2002, p. 136), “o fundamento da responsabilidade civil por danos à pessoa está assentado no próprio princípio da dignidade, e não em critérios patrimonialistas.”

Desta forma, como o tema carrega contornos imprecisos e porosos, a proteção e a posterior satisfação da vítima não devem se encerrar em cálculos e conceitos frios, não podendo, ainda, o receio que traz a indenização do dano extrapatrimonial retirar-lhe valor. Por isso, atentando-se à complexidade do tema, é que se deve investigar criticamente o dano moral, desvelando e desmistificando a pretensa indústria que subjaz ao ideário jurídico a respeito do tema, notadamente em relação à doutrina e à jurisprudência pátrias.

## **2. A RECEPÇÃO DOS DANOS MORAIS PELO DIREITO PÁTRIO**



A proteção jurídica aos direitos personalíssimos, em âmbito civil, tem recebido – inclusive da legislação – importância que lhe é devida por conta do fenômeno da constitucionalização do Direito privado.

Os danos morais, resguardados intimamente nesta ordem de direitos, fazem parte de uma compreensão mais contemporânea, com real preocupação em valorização da pessoa humana. Neste sentido, expressa-se Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka (2008, p. 802):

Trata-se de interessantíssimo avanço já conhecido em outras legislações estrangeiras, e que atende rigorosamente a este paradigma da pós-modernidade que aponta o foco de atenção, do direito e da lei, para a pessoa da vítima e para a imprescindibilidade de dano sofrido, mas, especialmente, pelo refazimento de sua condição de titular do direito à dignidade constitucionalmente plasmada enquanto valor máximo da pessoa humana, pela imposição do dever indenizatório ao causador do dano.

Se no Código Civil Brasileiro de 1916 se pontuava exacerbado zelo pelos bens patrimoniais, refletindo-se a tendência para o estudo da responsabilidade civil, é na consagração dos direitos existenciais, garantia da Constituição Federal de 1988, que a responsabilização por danos alheios ao patrimônio conquista verdadeiro espaço.

A defesa ampla dos direitos de personalidade não encontrava campo fértil até pouco tempo atrás. Quanto a isto, manifesta-se com primazia Paulo Luiz Netto Lôbo (2008, p. 1):

O maior jurista brasileiro do século dezenove, Teixeira de Freitas, repeliu a idéia de direitos de personalidade, justamente porque não poderiam ser traduzidos em valores pecuniários. O espírito da época não podia admitir que o direito pudesse ter por objeto valores ou bens não patrimoniais, e que a tutela da pessoa, em si, fosse bastante.

Não obstante, não se podia qualificar como inédita, àquele tempo, tal ideia. Algumas legislações da primeira metade do século XX já faziam constar da matéria, ainda que de maneira tímida, em seu conteúdo. Demonstra este sutil tratamento a Lei 3.071/16, abordando responsabilização de ordem civil – para além da penal – relativa ao homicídio.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Outros documentos legais vieram a dar suporte aos danos morais até a promulgação da Carta Maior. Nesta esteira, figuram como exemplo o Decreto-Lei 7.661 (Lei de Falência); a Lei 4.117 (Código Brasileiro de Telecomunicações); a Lei 4.737 (Código Eleitoral); a Lei 5.250, com disposições à proteção à honra e à reputação contra informações inverídicas noticiadas; e a Lei 5.772, que previa a proteção jurídica à propriedade intelectual.



Evidente, contudo, que esparsas indicações não asseguravam aplicabilidade ao instituto. Por isso mesmo é que se pode afirmar terem sido decisivas as colocações da Constituição Federal de 1988, mormente em seu art. 5º, inciso V, para a recepção plena do dano moral. Em 2002, viria também o Código Civil a regulamentar o instituto, pontuando-se a consonância entre este documento e a Carta Maior, tanto na letra da lei, quanto em sua aplicação. Leciona, a este respeito, Gustavo Tepedino (2002, p. 113):

Parece indispensável manter-se um comportamento atento e permanentemente crítico em face do Código Civil para que, procurando conferir-lhe a máxima eficácia social, não se percam de vista os valores consagrados no ordenamento civil-constitucional.

Assim, a proteção dos direitos da personalidade – da qual decorre a indenização por danos morais – parece encontrar pleno espaço neste novo cosmos jurídico. Esta porosidade parece ter levado acertadamente o legislador a não definir o que deve ser indenizado como danos morais, tampouco a indicar fórmulas ou taxar critérios de como deve ser calculado o valor de indenização proveniente destes danos.

Portanto, tem ficado a cargo da doutrina e da jurisprudência a construção dos termos pelos quais se definirá o instituto. Para a análise destas contribuições, é preciso enfrentar o debate que lida com a eficaz aplicação do dano moral, abandonando-se o receio que o assemelha a uma indústria.

### **3. OS DANOS MORAIS NA MATÉRIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL**

Classicamente, introduz-se o tema da responsabilidade civil pela análise dos pressupostos de indenizar. Deste âmago, participam o ato ilícito, a ação ou omissão do agente, a culpa, o nexo de causalidade e o dano – donde se inclui, além do patrimonial, o moral.

Muito embora não seja mote do presente trabalho destrinchar cada uma destas categorias, vale revê-las brevemente. Explica Francisco Amaral (2006) que ato ilícito é aquele praticado com infração de um dever legal ou contratual, de que resulta dano para outrem. O autor coloca a contrariedade a um dever jurídico, a ofensa a direito subjetivo absoluto, a infração de preceito legal que protege interesses alheios e o abuso de direito como geradores de ilicitude.

O agente pode, ainda, retratar caso de ilicitude quando age ou quando se omite. Tal conclusão se alcança por meio da análise do artigo 186 do Código Civil de 2002, dispositivo que alberga condutas comissivas e omissivas em amplo espectro<sup>6</sup>.

Quanto à culpa e ao nexo de causalidade, ambos têm recebido vasta atenção doutrinária por conta das inovações trazidas pela valorização da chamada culpa objetiva<sup>7</sup>. É que se pode estudar a culpa a partir de dois ângulos: subjetivo e objetivo. Aquele está amplamente comprometido com o estado psicológico do sujeito, questionando-se acerca de sua diligência ao realizar determinada conduta. Por outro lado, a culpa objetiva pode ser inferida da ação concreta do sujeito, independentemente de culpa, protegendo-se, com isso, a vítima.

Sobre o nexo causal, considera-o Caio Mário da Silva Pereira (2000, p. 84) como “o mais delicado dos elementos da responsabilidade civil e o mais difícil de ser determinado”. Isso porque o instituto se propõe a amarrar precisamente a ação – ou omissão – do agente ao resultado causado. Segundo José de Aguiar Dias (2006), em perspectiva atualizada, o Código Civil de 2002 adota para o nexo causal a teoria da causalidade imediata, que exige relação de causa e efeito direta e imediata.

Por fim, analisa-se o dano, que se notifica a partir da ofensa a um bem jurídico. Para João de Matos Antunes Varella (2008, p. 592), “o dano é a perda in natura que o lesado sofreu, em consequência de certos fatos, nos interesses (materiais, espirituais ou morais) que o direito violado ou a norma infringida visam tutelar”.

Sabe-se que quando se atinge bens materiais do ofendido, resta determinado o dano patrimonial, o qual se subdivide em dano emergente e lucro cessante, sendo aquele o montante perdido em decorrência da ilicitude e este a importância que se deixou de perceber por conta da ofensa.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> “Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.”

<sup>7</sup> Da objetivação da culpa: em determinados casos, desnecessário comprovar o referido vínculo. A teoria do risco vale para ilustrar esta afirmação. Apesar de consagrar a chamada teoria da culpa, que considera o nexo causal, o Código Civil prevê, em seu artigo 927, caso no qual o agente, por conta da atividade arriscada que pratica e com que percebe lucros, resta responsabilizado pelos resultados danosos causados.

<sup>8</sup> Para ilustrar a explicação, valemo-nos do seguinte exemplo: se A, em acidente de trânsito, causa danos em veículo de B, taxista, devido à ação imprudente, surge o dever de indenizar. O dano emergente dirá respeito ao conserto do veículo. Já o lucro cessante buscará cobrir o montante que B deixará de acumular, vez que, sendo taxista, necessita do veículo para desenvolver sua atividade.



Todavia, o dano sofrido pode se identificar além do âmbito patrimonial. Pode configurar, destarte, o dano moral, cujo objeto de tutela se liga ao seu próprio fundamento constitucional, conforme se depreende da definição de Maria Celina Bodin de Moraes (2003, p. 327):

Constitui dano moral a lesão a qualquer dos aspectos componentes da dignidade humana – dignidade esta que se encontra fundada em quatro substratos e, portanto, corporificada no conjunto dos princípios da igualdade, da integridade psicofísica, da liberdade e da solidariedade.

Circunstâncias que atinjam a pessoa em sua condição humana, que neguem esta qualidade, serão automaticamente consideradas violadoras de sua personalidade e, se concretizadas, causadoras de dano moral a ser reparado.

Assim, para além da doutrina clássica, segundo a qual o dano moral restaria delineado somente a partir do sofrimento e dor causado a determinada pessoa, parece preferível atrelá-lo mais aos princípios constitucionais da integridade psicofísica, da igualdade, da liberdade, da solidariedade familiar e social, e, mormente, da dignidade da pessoa humana.

Esta escolha coaduna em grande escala à tendência constitucional em que tem se inserido o Direito privado. Pesa, portanto, um de seus perfis mais intrínsecos: uma abertura pela qual se demanda análise do caso concreto, ganhando destaque, portanto, os ensinamentos jurisprudenciais, em detrimento da fria detenção promovida pela letra lei (MORAES, 2007).

#### **4. VALOR DA INDENIZAÇÃO: O DANO MORAL EM NÚMEROS**

Em louvável palestra ministrada por José Peres Gediel (2010) na Universidade Federal do Paraná, mencionou-se a dificuldade do movimento *do valor ao preço*, referindo-se à quantificação pecuniária do dano moral. É que pouco se prevê no Código Civil a respeito de como traduzir o dano moral em preço, do que resultam poucas possibilidades de baliza para o magistrado.

Valorar os efeitos negativos de uma lesão, em uma cultura jurídica surgida em contexto de desvalorização da personalidade só será possível a partir do auxílio doutrinário e jurisprudencial. Sobre esta dificuldade manifesta-se Maria Celina Bodin de Moraes (2007, p. 43):





A pessoa humana se distingue por ‘uma substância única, uma qualidade própria apenas aos seres humanos: uma dignidade inerente à pessoa humana’, enquanto as coisas têm preço e não dignidade. Acontece que este valor moral, interior, representado pela dignidade ‘se encontra infinitamente acima do valor de mercadoria porque não admite, ao contrário deste, ser substituído por equivalente.

A inexacta compreensão dos direitos fundamentais, como eles são absorvidos individualmente e diante da sociedade, estende-se, por vezes, ao juiz e aos juristas. Como, afinal, traçar o árduo caminho do valor ao preço?

Importa, para tal, analisar a natureza da indenização que provém do dano moral. A doutrina converge em caracterizar como indenizatório o ressarcimento por dano patrimonial, mas se discute, no que diz respeito aos danos morais, se é indenização ou satisfação ao ofendido; em outras palavras, se é pena ou compensação (BRIZ, 1993).

Yussef Said Cahali (2000, p. 175) abre três possibilidades de entendimento funcional do instituto, dispondo que “indenizabilidade do dano moral desempenha uma função tríplice: reparar, punir, admoestar ou prevenir.”

Nesse sentido, a jurisprudência tem apregoadado que tanto o caráter punitivo – com fins pedagógicos, para desestimular a conduta do ofensor – quanto o caráter compensatório – para satisfazer a vítima – importam. A título exemplificativo, citamos a decisão que segue:

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE DESCONSTITUIÇÃO C/C INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS – RESPONSABILIDADE CIVIL – CONDOTA ILÍCITA DO AGENTE – DANO MORAL CAUSADO – NEXO DE CAUSALIDADE – OBRIGAÇÃO DE INDENIZAR – QUANTUM INDENIZATÓRIO – PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE – RECURSO IMPROVIDO.

Para a fixação do quantum da indenização pelo dano moral causado, o julgador deve aproximar-se criteriosamente do necessário a compensar a vítima pelo abalo sofrido e do valor adequado ao desestímulo da conduta ilícita, atento sempre ao princípio da razoabilidade (TJ-MS. Apelação Cível 2010.030202-2/0000-00, Terceira Turma Cível, Rel. Rubens Bergonzi Bossay, julgado em 19 de outubro de 2010).

Nada obstante seja este o posicionamento da doutrina majoritária, alguns doutrinadores de escol criticam o caráter punitivo da indenização por danos morais, podendo-se destacar a posição de Anderson Schreiber (2007, p. 199-205), para quem o Código Civil de 2002 expurgaria do cálculo dos danos o aspecto punitivo ao prever que “a indenização mede-se pela





extensão do dano” (art. 944, CC). Igualmente, o autor indica que os chamados *punitive damages* incidem no óbice legislativo da vedação ao enriquecimento sem causa (art. 884, CC).

Cite-se, também nesse sentido, Maria Celina Bodin de Moraes (2007, p. 331-332), para quem:

Apenas os elementos atinentes às condições pessoais da vítima e à dimensão do dano, correspondente este último tanto à sua repercussão social quanto à sua gravidade, devem ser levados em conta para, afinal, estabelecer-se a indenização, em concreto, com base na relação entre tais componentes. Assim, por exemplo, o juiz poderá dissociar cada uma dessas duas variáveis em outras tantas, mas deve examinar, sempre, a situação anterior da vítima; de fato, tem-se que analisar a situação anterior, para se verificar qual é a medida (extensão) do dano em relação à pessoa da vítima.

Só assim será possível começar-se a resolver o problema do 'quantum debeat' e achar um nível de compensação que seja, no caso concreto, eficiente e adequado.

De qualquer modo, segundo Judith Martins-Costa (1991, p. 34-35), “o sistema de reparação ou repressão de danos repousa, precisamente, na noção de justiça enquanto equilíbrio, *epicikia*, relação harmoniosa entre o todo e as partes”. Por isso, o binômio de que o preço estipulado não pode ser tão irrisório que não satisfaça a vítima, nem tão elevado que impossibilite o seu pagamento pelo ofensor.

Cumprido, pois, asseverar que a reparação dos danos morais não pode olvidar a complexidade do tema em tela, o que, infelizmente, ocorre com certa frequência nos Tribunais pátrios, que têm marcado caminho pouco plausível no campo dos danos morais. Compartilha deste posicionamento Maria Celina Bodin de Moraes (2007, p. 37), nos seguintes termos:

Utilizando, na maioria dos casos, apenas os argumentos genéricos da "razoabilidade" e do "bom senso", e quase sempre com base apenas na intuição, a determinação do valor devido - composto pela quantia compensatória somada à atribuída a título de punição - não está vinculada a qualquer relação de causa e efeito, de coordenação com os fatos provocados no processo, deixando sem detalhamento o percurso que levou o julgador a atribuir aquela quantia, em lugar de outra qualquer.

De toda sorte, resguardados o dano moral neste ordenamento iluminado pela Constituição de 1988 e a reparação integral à vítima, é que se assevera, à luz da doutrina de Ingo Wolfgang Sarlet (2002), a função dos poderes estatais em proteger a dignidade da pessoa humana, bem como o serviço doutrinário em zelar por sua defesa. Contudo, ressalte-se, a pessoa humana



que aqui se refere não diz respeito à pessoa abstrata, ao sujeito metafísico de direitos, mas sim à pessoa concreta, assim considerado por Luiz Edson Fachin e Carlos Eduardo Pianovski Ruzyk (2008) o *sujeito correlacional*,<sup>9</sup> compreendido dentro de suas necessidades reais de suas vicissitudes fáticas.

## 5. O MITO DA INDÚSTRIA DO DANO MORAL

### 5.1 Os receios da doutrina

Nos Estados Unidos da América, os danos morais recebem pesada carga punitiva. São os conhecidos “*punitive damages*”, cujo propósito reside na prevenção de atos geradores de dano. Reconhecidamente, os Tribunais norte-americanos concedem valores milionários em causas desta natureza.<sup>10</sup>

Alertados com a tendência daquele país, muitos autores nacionais passaram a profetizar, baseados na onda de ações pleiteando danos morais, que seriam diferidas quantias estrondosas aos requerentes, deflagrando interesses de índole reprovável, em certos sujeitos, de sofrer dissabores que os rendesse conteúdo para arguir, munidos pelo dano moral, grande montante em dinheiro.

Nesse sentido, Anderson Schreiber (2007, p. 186) assevera:

Mais que a preocupação com o crescimento exponencial do número de ações de indenização por dano moral, o que o uso do termo ‘indústria’ anuncia é uma frontal rejeição à sua produção mecânica, algo artificial, com vistas à obtenção de lucro, em uma espécie de abordagem capitalizada de um instituto ontologicamente existencial. Embora a preocupação seja válida, sob o ponto de vista científico, o certo é que, **no Brasil ao menos, sua importância não pode ser exacerbada, já que, na maior parte dos casos, o resultado das ações de danos morais é antes frustrante que efetivamente enriquecedor.** (Destacamos)

<sup>9</sup> Segundo os autores, o conceito de sujeito a ser apreendido pela ordem jurídica deve dizer respeito à pessoa humana concretamente considerada, e não ao sujeito de direitos codificado, fruto da racionalidade pandectista que reduz a vida à abstrata relação jurídica, de tal sorte que a dignidade humana seja “*aferível no atendimento das necessidades que propiciam ao sujeito se desenvolver com efetiva liberdade – que não se apresenta apenas em um âmbito formal, mas se baseia, também, a efetiva presença de condições materiais de existência que assegurem a viabilidade real do exercício dessa liberdade.*” (FACHIN; PIANOVSKI, 2008, p. 108-109).

<sup>10</sup> Alguns exemplos: Leonard Ross x New York Times, que rendeu US\$705 milhões em indenização; Richard Sprague x Philadelphia Inquirer, que rendeu US\$34 milhões; Houston Money Management x Wall Street Journal, que rendeu US\$232 milhões de indenização.



Para alguns – mais pessimistas – não mais se trata de mero temor. Com relativa facilidade, encontram-se posicionamentos bastante enfáticos afirmando, com toda a certeza, que a indústria do dano moral é fato a ser enfrentado pelo Judiciário brasileiro.

Cite-se, a título exemplificativo, (i) o artigo “A ‘Indústria do Dano Moral’ - Estratégias para Empresas não Serem Alvos de Avalanches Processuais”, veiculado no site da própria Ordem dos Advogados do Brasil; (ii) a manchete “*Contra a ‘Indústria do Dano Moral’*”, veiculada pela Gazeta do Povo em 27/08/2012; (iii) a Apelação Cível nº 70015366263, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul; e (iv) o Projeto de Lei 150/1999.

No primeiro artigo, Thaissa Taques afirma que o judiciário brasileiro está abarrotado de demandas infundadas geradas pela “*indústria do dano moral*”, em especial após a edição do Código de Defesa do Consumidor, que gerou uma massificação de ações discutindo danos morais, tornando o judiciário moroso e provocando “prejuízos imensuráveis ao empresariado” (TAQUES, s.d, p. 1).

Na matéria “*Contra a ‘Indústria do Dano Moral’*”, Alexandre Costa Nascimento aduz que a indústria do dano moral deve ser combatida, chegando a asseverar que “especialistas dizem que prejuízo desse tipo [*moral*] precisa ser comprovado pela força dos fatos” (NASCIMENTO, 2012, p. 1).

A seu turno, na Apelação Cível nº 70015366263, do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, o Desembargador Vicente Barroco de Vasconcellos, sem trazer qualquer referência técnica ou teórica à sua afirmação, asseverou em seu voto que: “Há se coibir a indústria do dano moral que atualmente vem abarrotar as seções judiciárias. Há se limitar a condenação ao ressarcimento de abalo moral às espécies em que, realmente, afigure-se necessário e devido no caso concreto.” (TJRS, AC 70015366263, 15ª CC, Rel. Vicente Barroco de Vasconcellos, Julgado em 07/06/2006).

Por fim, o Projeto de Lei 7124/2002 (PLS 150/1999), buscando colocar um limite à suposta “*indústria do dano moral*”, tenta fixar valores máximos às indenizações por danos morais em seu artigo 7º, dispondo em seu parágrafo 1º que “ofensas de natureza leve” devem ser indenizadas até vinte mil reais, “ofensas de natureza média” até noventa mil reais e “ofensas de natureza grave” até cento e oitenta mil reais.



Como se não bastasse a fracassada tentativa de tabelamento dos danos morais, o mesmo artigo 7º do PL 7124/2002, em seu parágrafo 2º, dispõe que “na fixação do valor da indenização, o juiz levará em conta, ainda, a situação social, política e econômica das pessoas envolvidas, as condições em que ocorreu a ofensa ou o prejuízo moral, a intensidade do sofrimento ou humilhação, o grau de dolo ou culpa, a existência de retratação espontânea, o esforço efetivo para minimizar a ofensa ou lesão e o perdão, tácito ou expresso”, como se tais critérios pudessem definir com segurança, de modo absoluto, uma ofensa como grave, média ou leve.

Sendo o problema denunciado no âmbito da aplicação do Direito, mister analisar, portanto, o direcionamento da jurisprudência pátria a respeito dos danos morais. Através de uma breve exposição de casos concretos, pretender-se-á, enfim, demonstrar que a indústria do dano moral é muito mais folclórica do que realista.

## 5.2 Os reflexos na jurisprudência

O ordenamento jurídico brasileiro é fruto de uma tradição patrimonialista que conta – ao menos por ora – com pouca experiência para lidar com âmbitos que fogem desta órbita. A inserção do dano moral como possibilidade expressa em nosso sistema – especialmente como foi feita, sem arrolar critérios objetivos para caracterização e quantificação do valor – fez ingressar um número considerável de pedidos reivindicando indenização por danos extrapatrimoniais em juízo. Entre 2005 e 2010, indicou-se aumento de ações desta natureza, no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, equivalente a 3.607% (CONJUR, 2011, p. 1).

A percepção não passou sem críticas pelo crivo dos juristas. Dizia o Desembargador Décio Antônio Erpen, em artigo publicado no Jornal Zero Hora, em 10 de outubro de 1998:

Sem uma definição científica do que seja, realmente, o dano moral, sem uma norma estabelecendo as áreas de abrangência e sem parâmetros legais para sua quantificação, permite-se o perigoso e imprevisível subjetivismo do pleito, colocando o juiz numa posição de desconforto. Ele que deve ser o executivo da norma, passou a personalizá-la. (...). A corrente belicosa, se vitoriosa, gerará uma sociedade intolerante, na qual se promoverá o ódio, a rivalidade, a busca de vantagens sobre outrem ou até a exaltação ao narcisismo. **A promissora indústria do dano moral levará a esse triste quadro.** (Destacamos)



Saltam aos olhos duas colocações: em 1998, de quando data o artigo supracitado, a expressão “indústria do dano moral” já ocupava o dicionário jurídico nacional. Além disso, caracterizá-la como “promissora” é igualmente destacável. Afinal, cuida-se de um mercado de ações verdadeiramente lucrativo ou de uma desconfiança sem respaldo concreto?

Em que pese à existência de decisões deferindo indenizações mais vultosas, ao contrário do que isso sugere, elas são concedidas apenas em casos extremos, como na hipótese de morte da vítima por culpa cabalmente comprovada do ofensor e como nas condenações em danos morais coletivos.

Em um paradigmático caso de condenação por danos morais, julgado em 2011 pelo Superior Tribunal de Justiça, o ofensor culpado pelo acidente estava dirigindo em velocidade superior à permitida no local e acabou atropelando e matando uma mulher. O fato implicou a condenação do ofensor ao pagamento de quinhentos salários mínimos (R\$ 272.500,00 – duzentos e setenta e dois mil e quinhentos reais) a título de danos morais à família da vítima (STJ, 2011, p. 1).

Em outro caso paradigmático, julgado em 2012 pelo Tribunal Superior do Trabalho, o grupo empresarial Lima Araújo Agropecuária foi condenado ao pagamento de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) a título de danos morais coletivos. Nada obstante o valor milionário da indenização, verifica-se que sua origem está no fato de o referido grupo empresarial ter reduzido à condição análoga à de escravos 180 (cento e oitenta) trabalhadores (SENADO, s.d, p. 1).

A práxis forense, com efeito, prova muito mais um receio do que uma realidade. Fica, assim, explícita a inexperiência do Judiciário ao tratar dos danos extrapatrimoniais. Como exemplo, selecionou-se a seguinte decisão. Trata-se de caso no qual a foto de uma família foi utilizada em panfletos de um evento gaúcho, sem a devida autorização. Foram pleiteados danos morais, mas se entendeu que deveria a família sentir orgulho de ser selecionada para ilustrar a cultura local:

DANO MORAL. DIREITO À INTIMIDADE. VEICULAÇÃO PUBLICITÁRIA DE FOTO DA FAMÍLIA OBTIDA EM EVENTO PÚBLICO. INOCORRÊNCIA DE FATO NEGATIVO A ENSEJAR INDENIZAÇÃO.

A veiculação de imagem deve ser sempre autorizada. Porém, dano algum há para indenizar se dessa exposição não resulta fato negativo ou depreciativo aos autores, que, na



ocasião, participavam de evento de largo acesso ao público. (TJRS. AC 70008025348, 10ª CC, Rel. José Conrado de Souza Junior, julgado em 15/04/2004).

No referido acórdão, consta, ainda:

De outro lado, não há uma linha sequer na inicial a respeito da forma pela qual teriam sido os apelados atingidos em sua moral ou honra. E assim não poderia ser. Ao contrário do alegado, tenho convicção que o cidadão comum estaria honrado em ilustrar promoção da maior feira agropecuária da América Latina, especialmente quando ressalta as tradições gaúchas, exceto, é claro, se tivesse algum motivo justo e jurídico para não querer aparecer em público, o que, no caso, não restou demonstrado e sequer foi aventado. (TJRS. AC 70008025348, 10ª CC, Rel. José Conrado de Souza Junior, julgado em 15/04/2004).

Em outro caso, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro excluiu a verba indenizatória devida a título de danos morais a uma famosa atriz sob o fundamento de que, muito embora ela não tivesse autorizado o jornal a publicar foto em que estava nua, como se tratava de uma mulher bonita, não se evidenciava nela dor ou sofrimento que justificassem a ocorrência de danos morais a serem reparados. No caso, a decisão foi reformada, por maioria de votos, pelo Superior Tribunal de Justiça:

O Tribunal *a quo*, Relator o eminente Desembargador Wilson Marques, reformou a sentença, nesse particular [*para excluir a verba devida a título de danos morais*], aos seguintes fundamentos:

*“O dano moral, como é cediço, é aquele que acarreta, para quem o sofre, muita dor, grande tristeza, mágoa profunda, muito constrangimento, vexame, humilhação, sofrimento.*

*Ora, nas circunstâncias do caso concreto, não se percebe de que forma o uso inconstitucional da imagem da autora pode ter-lhe acarretado dor, tristeza, mágoa, sofrimento, vexame, humilhação.*

*Pelo contrário, a exibição do seu belo corpo, do qual ela, com justificada razão, certamente muito se orgulha, naturalmente lhe proporcionou muita alegria, júbilo, contentamento, satisfação, exultação, felicidade, que só não foi completa porque faltou o pagamento do valor a que tem direito pelo uso inconstitucional da sua imagem.*

*Só mulher feia pode se sentir humilhada, constrangida, vexada em ver o seu corpo desnudo estampado em jornais ou em revistas. As bonitas, não. (...) Fosse a autora uma mulher feia, gorda, cheia de estrias, de celulite, de culote e de pelancas, a publicação da sua fotografia desnuda – ou quase – em jornal de grande circulação, certamente lhe acarretaria um grande vexame, muita humilhação, constrangimento enorme, sofrimentos sem conta, a justificar – aí sim – o seu pedido de indenização de dano moral, a lhe servir de lenitivo para o mal sofrido. Tratando-se, porém, de uma das mulheres mais lindas do Brasil, nada justifica pedido dessa natureza, exatamente pela inexistência, aqui, de dano moral a ser indenizado.” (...)*



A revista, da qual se exigira fosse lacrada, só estava autorizada a publicar as fotos no contexto artístico em que produzidas, sem divulgação concomitante de cartazes; fora o sentimento de dignidade pessoal da autora que exigira essa cautela.

Já a publicação em pôster e sua divulgação irrestrita por meio de jornal diário, com certeza, afrontou esse sentimento de dignidade pessoal, causando grande sofrimento moral - que deve ser indenizado - pelo montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), nos termos do consenso da Turma. (STJ. REsp 270.730, Relator Min. Carlos Alberto Menezes, Acórdão lavrado pela Min. Nancy Andrighi, julgado em 19/12/2000). (Destacamos).

De outra banda, não parece ser a indústria do dano moral um negócio verdadeiramente lucrativo. As próximas decisões demonstram que alguns valores fixados em juízo, muitas vezes em casos onde se gera dano moral bastante notório, são pouco atrativos. Tal perspectiva foi analisada em reportagem veiculada no sítio virtual do Tribunal Regional Trabalho da 4ª Região (TRT4, 2012, p. 6):

Depois de um ano e meio de trabalho para a madeireira Woodgrain do Brasil Ltda., uma ex-empregada alegou na Justiça que desenvolveu **doença profissional devido ao excesso de esforço físico repetitivo**. Perícia médica comprovou a existência de cisto sinovial e tendinite do punho direito - lesões que teriam relação com as tarefas da funcionária na função de "moldureira" na empresa.

A trabalhadora pediu indenização por danos morais no valor de 100 salários mínimos federais, reembolso de tratamentos médicos e pensão vitalícia equivalente a 50% da última remuneração. Provou ainda, com ajuda de testemunha, que não havia ginástica laboral nem pausa para descanso na empresa.

No Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região (PR), **a empresa foi condenada ao pagamento de R\$ 1 mil [mil reais] de indenização por danos morais**. Como a legislação brasileira não adota critério objetivo para a fixação da do valor da indenização, o Tribunal levou em conta o grau de culpa da empresa, a repercussão do dano no patrimônio da trabalhadora e o caráter pedagógico da medida, entre outros fatores.

Surpreendente, ainda, foi a decisão de primeiro grau que concedeu o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a título de danos morais, para duas famílias que, por ocasião do velório de seus entes, notaram que o hospital de onde provinham os cadáveres havia trocado os corpos. Segue trecho de reportagem veiculada no sítio virtual do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS, 2010, p. 1):

Os autores ajuizaram ação de indenização contra o estabelecimento por danos extrapatrimoniais. A parte autora informou que, no dia seguinte à realização de cirurgia, a paciente faleceu em decorrência de problemas cardiovasculares. Após receber a notícia do falecimento, a família iniciou as providências para a realização do ato fúnebre, tendo





problemas no Hospital para a liberação do atestado de óbito. A troca de corpos somente foi constatada após a chegada do cadáver ao crematório.

Em 1º Grau o pedido foi julgado procedente, com condenação do réu ao pagamento de R\$ 2.500,00 para cada um dos três autores, a título de danos morais.

Parece quedar esclarecido que, inobstante tenha havido grande aumento no número de pedidos relacionados ao dano moral, estas pretensões não parecem movimentar engrenagens de modo a se assemelharem a uma indústria.

Nesse sentido, assevera Anderson Schreiber (2007, p. 186):

Diante de um número razoavelmente contido de casos esdrúxulos, a comunidade jurídica e especialmente a comunidade advocatícia tem apontado suas armas contra a própria expansão do dano ressarcível. **O alvo parece inteiramente equivocado, na medida em que a expansão da ressarcibilidade corresponde a uma legítima ampliação da tutela dos interesses individuais e coletivos, sendo, antes, a sua invocação sem fundamento a causa das angústias que afligem a doutrina e banalizam a atuação dos tribunais.** Incorretas, portanto, todas as medidas que têm sido propostas contra a expansão do dano em geral, que vão desde a restrição a interesses previamente tipificados até a limitação das indenizações a tetos máximos inteiramente despropositados e mesmo inconstitucionais. (Destacamos)

Torna-se, pois, evidente que, primeiro, o Judiciário, atuando em seu campo de discricionariedade, muitas vezes sequer reconhece o desrespeito à dignidade humana nos casos envolvendo danos morais; segundo, quando os reconhece, recorrentemente concede valores irrisórios aos ofendidos, prestando verdadeiro desserviço à função de reparação integral. Para um ordenamento que pretende mais destaque ao “ser”, menos ao “ter”, ainda parecem se situar os danos morais em um lócus muito aquém do desejável.

## 6. CONCLUSÃO

Não são escassos os casos de descompasso entre doutrina e jurisprudência no Direito brasileiro. Contudo, no tratamento dos danos morais, ambas têm mostrado exacerbado receio, desconsiderando que o tema, porquanto uma faceta deste contemporâneo direito que atenta para as questões extrapatrimoniais, merece maior estudo para que se desenvolva.

Ora, se assegurada a tutela dos direitos da personalidade e a proteção à pessoa concretamente considerada, parece patente a necessidade de se atentar para a reparação integral

dos danos à pessoa. Extrai-se da análise exposta que, se por um lado admite-se a indenização, por outro, pouco se faz para que a vítima seja, de fato, protegida, gozando da devida satisfação.

É por isso que os direitos da personalidade guardam um paradoxo. São de caráter existencial, tendo por fundamento e por objeto de tutela a dignidade da pessoa humana, mas podem transitar por vezes no campo patrimonial. Aí reside o problema, para o aplicador do Direito, de decifrá-los numericamente.

Além disso, espera-se que o Judiciário acolha melhor os novos ares do ordenamento e a renovada doutrina que se erigiu a partir dele. Trabalhar com cláusulas e princípios pressupõe labor no caso concreto, por isso, lamentáveis são as tentativas de enclausurar os danos morais e sua indenização – que zelam pelos direitos fundamentais – em fórmulas prontas<sup>11</sup>.

Ao revés, é necessário enfrentar a complexidade do tema pelo viés civil-constitucional. É como dispõe Maria Celina Bodin de Moraes (2007, p. 241): “o critério mais consistente sustenta que indenizável será o evento danoso relevante segundo uma ponderação dos interesses em jogo à luz dos princípios constitucionais”.

Como já dito, apontou-se a dignidade da pessoa humana como fundamento dos danos morais. Por isso, impossível ter-lhe enclausurada a complexidade, uma vez que o próprio conceito de dignidade mostra-se “fluido, multifacetário e multidisciplinar” (SZANIAWSKI, 2005 p. 140). É da concretude, portanto, que se extrairão resultados, e não a partir do mero raciocínio matemático.

Finalmente, cabe uma ressalva: é perceptível, de fato, grande volume de ações pleiteando danos morais. Desnecessário alertar para a inflação dos gabinetes do judiciário brasileiro, quando a economia processual se mostra absolutamente necessária e se torna legítima a preocupação de quem acompanha pedidos em juízo que muitas vezes resultarão em nada. Assim, sustentamos que são guardiões do instituto, além dos juízes, os advogados, que devem orientar seus clientes para que não aleguem um dano moral inexistente, sob pena serem condenados por litigância de má-fé.

---

<sup>11</sup> Lamentável tamanha redução de complexidade se apresenta, por exemplo, na iniciativa de tabelamento dos danos morais pelo Supremo Tribunal de Justiça (2009, p. 1), que, tão logo publicou a tabela, apresentou uma nota explicativa, esclarecendo que não se tratava propriamente de um tabelamento estanque, mas de um simples resumo esquemático de decisões que versavam sobre danos morais.



Ressalte-se, contudo, que a democratização do acesso à justiça e a ampliação da tutela do sujeito promovidas pela lógica constitucional não podem ser tidas por sinônimos de uma suposta “indústria”, não devendo ser confundidas com a banalização das demandas judiciais infundadas. No Brasil, as demandas de danos morais são antes reflexos da absorção deficiente dos direitos da personalidade do que efetivamente meios de lucro para seus autores, uma vez que seu crescimento não está associado ao benefício econômico auferido a partir do dano moral.

Nesse sentido, defende-se a primazia do “ser” em relação “ter” mediante uma leitura axiológica de índole constitucional sobre a responsabilidade civil, em especial sobre os danos morais, que estão fortemente ligados ao aspecto existencial do Direito e que, por isso, exigem o afastamento da aplicação de fórmulas fechadas e reducionistas em relação à complexidade de seu próprio fundamento.

Eis que doutrina, legislação e jurisprudência devem estar, conjuntamente com as partes e seus advogados, comprometidos com a proteção da dignidade humana da pessoa concretamente considerada, buscando, em harmonia, a tutela dos direitos da personalidade e evitando demandas sem razão plausível, contribuindo, assim, na construção de um lugar ao sol para mais um traço deste perfil existencial do Direito Civil.

## 7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR DIAS, José de. **Da Responsabilidade Civil**. 11<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

AMARAL, Francisco. **Direito Civil – Introdução**. 6<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

ANTUNES VARELA, João de Matos. **Das Obrigações em Geral**. Vol. I. Portugal: Almedina, 2008.

BRIZ, Jaime Santos. **La responsabilidad civil**. 7<sup>a</sup> ed. Madrid: Editora Montecorvo, 1993.

CAHALI, Yussef Said. **Dano moral**. 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.

CONJUR. **Cresce Número de Ações por Danos Morais no TJ-RJ**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2011-ago-29/cresce-numero-acoes-danos-morais-tj-rio>>. Publicado em: 29/08/2011. Acesso em 12/09/2012.



ERPEN, Décio Antônio. **A indústria do dano moral**. Zero Hora, Porto Alegre, 10 de outubro de 1998.

FACHIN, Luiz Edson. Pressupostos hermenêuticos para o contemporâneo Direito Civil brasileiro: elementos para uma reflexão crítica. In: **Revista do Tribunal Regional Federal da Quarta Região**, ano 23, nº. 80, Porto Alegre, 2012, p. 49-58.

\_\_\_\_\_. Transformações do direito civil brasileiro contemporâneo. In: TEPEDINO, Gustavo *et al* (coord.). **Diálogos sobre o Direito Civil**: construindo a racionalidade contemporânea. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

\_\_\_\_\_; PIANOVSKI RUZYK, Carlos Eduardo. A dignidade da pessoa humana no direito contemporâneo: uma contribuição à crítica da raiz dogmática do neopositivismo constitucionalista. In: **Revista Trimestral de Direito Civil**, v. 35, Rio de Janeiro, 2008.

GEDIEL, José Peres. Palestra proferida em 22 de outubro de 2010, no II Congresso Internacional de Direito Civil da Universidade Federal do Paraná.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. Responsabilidade Pressuposta: evolução de fundamentos e de paradigmas da responsabilidade civil na contemporaneidade. In: FACHIN, Luiz Edson *et al* (coord.). **O Direito e o Tempo**. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

LÔBO, Paulo Luiz Netto. **Danos morais e direitos da personalidade**. Disponível em: <<http://direitoachadonasarjeta.wordpress.com/2008/10/25/danos-morais-e-direitos-da-personalidade/>>. Publicado em: 25/10/2008. Acesso em: 11/09/2012.

LORENZETTI, Ricardo Luis. **Las normas fundamentales de Derecho Privado**. Buenos Aires: Rubinzal-Culzoni Editores, 1995.

MARTINS-COSTA, Judith. **Os fundamentos da responsabilidade civil**. Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados, São Paulo, v. 93, ano 15, out. 1991.

MORAES, Maria Celina Bodin de. A constitucionalização do direito civil e seus efeitos sobre a responsabilidade civil. In: SOUZA NETO, Cláudio Pereira *et al* (coord.). **A constitucionalização do direito**: fundamentos teóricos e aplicações específicas. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2007.

\_\_\_\_\_. **Danos à Pessoa Humana**: uma leitura civil-constitucional dos danos morais. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

NASCIMENTO, Alexandre Costa. **Contra a 'Indústria do Dano Moral'**. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/economia/conteudo.phtml?id=1290786&tit=Contra-a-industria-do-dano-moral>>. Publicação em: 27/08/2012. Acesso em: 11/09/2012.

PEREIRA, Caio Mário. **Responsabilidade Civil**. 12ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2000.



PIANOVSKI RUZYK. Carlos Eduardo. Transformações do direito civil brasileiro contemporâneo. In: TEPEDINO, Gustavo *et al* (coord.). **Diálogos sobre Direito Civil: construindo a racionalidade contemporânea**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na constituição federal de 1998**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.

SCHREIBER, Anderson. **Novos Paradigmas da responsabilidade Civil**. São Paulo: Atlas, 2007.

SENADO. **Condenação é comemorada**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/trabalho-escravo/leis-e-escravidao/condenacao-e-comemorada.aspx>>. Acesso em: 05/01/2013.

STJ – SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **STJ busca parâmetros para uniformizar valores de danos morais**. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=93679](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=93679)>. Publicado em: 13/09/2009. Acesso em 11/09/2012.

\_\_\_\_\_. **Ministro segue método bifásico e fixa dano moral por morte em 500 salários mínimos**. Disponível em: <[http://www.stj.jus.br/portal\\_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=101710](http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=101710)>. Publicado em: 06/05/2011. Acesso em: 05/01/2013.

SZANIAWSKI, Elimar. **Direitos de personalidade e sua tutela**. 2. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 2005.

TAQUES, Thaissa. **A 'Indústria Do Dano Moral' – Estratégias para Empresas não Serem Alvos de Avalanches Processuais**. Disponível em: <<http://www.oab.org.br/oabeditora/revista/users/revista/1242741776174218181901.pdf>>. Acesso em: 11/09/2012.

TEPEDINO, Gustavo. Crise de fontes normativas e técnica legislativa na Parte Geral do Código Civil de 2002. In: **Revista Forense**, v. 364, Rio de Janeiro, nov./dez. 2002.

TJRS – TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL. **Hospital condenado por troca de cadáveres**. Disponível em: <<http://softjuri.blogspot.com.br/2010/06/tjrs-hospital-condenado-por-troca-de.html>>. Publicado em: 08/06/2010. Acesso em: 04/09/2012.

TRT4 – TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO. **JT rejeita pensão a empregado com LER que mantém capacidade de trabalho**. Disponível em: <[www.trt4.jus.br/ClippingPortlet/download/19.03.2009.doc](http://www.trt4.jus.br/ClippingPortlet/download/19.03.2009.doc)>. Publicado em: 19/03/2009. Acesso em: 04/09/2012.